
O VELHO CHICO REVISITADO NA PERSPECTIVA HISTÓRICO DOCUMENTAL

Suleyman Gabriel Barros Correia
Gabriel.ufcg@gmail.com
Juciene Ricarte Apolinário
apolinarioju@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce de uma pesquisa de iniciação científica e tem por objetivo expor a necessidade e a relevância de se realizar pesquisas historiográficas voltadas para a perspectiva Indígena e ambiental a fim de obter melhor compreensão acerca dos processos de exploração dos sertões do Brasil, tanto do ponto de vista do explorador quanto do ponto de vista do indígena, visto que as duas temáticas em questão são especialmente pertinentes hoje em dia. De um lado o meio ambiente tornou-se centro das atenções de todas as áreas do conhecimento e de outro as lideranças e movimentos indígenas se apresentam cada vez mais organizadas e exigem o reconhecimento de seus papéis de sujeitos históricos. Partindo de duas premissas; primeiro que não se pode mais encarar o índio como sujeito inerte nos processos históricos, e incapaz de elaborar políticas de resistência contra a ação colonizadora justificando assim sua “submissão” diante do conquistador; segundo que o meio ambiente não é um cenário estático e neutro que os homens enquanto sujeitos históricos ignoram enquanto fator relevante na construção de suas vivências como se a ele fossem imunes.

Tomamos o rio de São Francisco enquanto palco privilegiado para a nossa pesquisa histórico-documental enquanto projeto de iniciação científica, posto que o mesmo se configura enquanto um dos canais mais importantes e imprescindíveis para o avanço dos colonizadores rumo aos sertões do Brasil Colonial. Para os indígenas que já habitavam aquelas margens há séculos, era imprescindível que eles afrontassem o avanço dos conquistadores portugueses, pois as margens daquele rio residia um forte sentimento de pertencimento devido aos territórios originários.

Para a presente pesquisa objetiva-se catalogar uma ampla documentação sobre o rio São Francisco destacando, documentos cursivos, gravuras, xilogravuras e cartografias antigas em arquivos brasileiros e portugueses; verificar os impactos ambientais provocados pela ocupação dos não-índigena ao longo do Rio São Francisco através da documentação arrolada para catalogação; perceber, previamente, as relações dos povos indígenas com os territórios originários às margens do Rio São Francisco, antes do processo de colonização portuguesa e Relacionar os grupos indígenas que viviam ao longo do Rio São Francisco citados nas fontes históricas nos períodos Colonial para compor um banco de dados , objetivando a catalogação documental.

Refletindo sobre história Ambiental

Mergulhando nas reflexões da historiadora Regina Orta Duarte, reafirma-se que no mundo em que vivemos, a questão ambiental tornou-se um dos mais relevantes impasses a serem enfrentados pela humanidade. A história, ao se voltar para o tema de forma sistemática e minuciosa, cumpre um importante papel. O vigor e a promessa dessa nova perspectiva é o fato de que ela poderá servir prioritariamente à vida e, mais que à sua mera conservação, ela poderá constituir-se em prol da afirmação de sua abundância, ligando-se ao tempo presente e aos homens presentes (DUARTE, 2005). Elucidando as palavras de uma das mais importantes historiadoras da historia ambiental no Brasil,

A História permite o encontro com outras possibilidades de existência humana e com os diversos significados atribuídos à natureza por outras sociedades. Se, por um lado, não podemos compreender o outrora e o alhures da humanidade a não ser em função de nossas próprias categorias, a operação historiográfica viabiliza, em compensação, retornar tais categorias, repensá-las, compreendê-las e, principalmente, transformá-las. Tornamo-nos, assim, capazes de entrever novas formas dos homens se inter-relacionarem, mas também outras maneiras de significar o meio natural(DUARTE, 2008).

Os historiadores que trabalham com a história e a natureza são confrontados pela detecção de espaços nos quais as escolhas humanas se mantêm preservadas, não obstante as inegáveis influências do clima, da vegetação, do solo, dos microorganismos, e até das tendências genéticas, em suas variadas manifestações genótípicas e fenotípicas (MARTINS, 2008). É certo que a natureza e os fatores sociais e históricos influenciam nossas escolhas até certo ponto, sem, entretanto, determiná-las em absoluto.

História Indígena

A história indígena no Brasil passou para o primeiro plano do interesse dos antropólogos nos anos de 1980. O tema em si não era novo, mas costumava aparecer nas monografias na forma de um capítulo específico, a saber, o contato com a sociedade dos brancos que a rigor teria trazido a história para um lugar onde ela não se encontrava previamente. A história seria uma somatória de externalidades: frentes de expansão, fricções interétnicas, políticas indígenas e indigenistas, ações da sociedade nacional e reações nativas. Nas monografias, podia crescer até tomar conta da descrição e reduzir a prólogo a descrição da vida "pré-contato" – distribuição adequada quando se tratava de grupos "aculturados" ou "integrados" –; ou assumir a forma de um epílogo ou de um necrológio, quando pelo contrário os protagonistas eram donos de uma cultura distintiva e ainda vigorosa, cujo crepúsculo mal se iniciava perante os olhos melancólicos do etnógrafo.

Povos que aspiravam a um futuro deviam ter também um passado, e assumir como própria, e não mais como resultado de uma intromissão, a capacidade de mudança. O movimento da história indígena – e falo em "movimento" porque em vários sentidos ultrapassava os limites da academia, inserindo-se nas empresas do próprio movimento indígena – tomou vários caminhos, alternativos ou combinados. De um lado, promoveu uma recuperação e uma avaliação mais otimista do acervo documental produzido ao longo dos séculos pelos agentes da sociedade colonial ou nacional, maior em quantidade e qualidade e muito menos perdido do que era de praxe considerar. Com

essa revisão o movimento afirmava, ao mesmo tempo, que o papel dos indígenas na constituição da sociedade nacional era muito mais constante e profundo do que os grandes relatos da "formação do Brasil" deixavam entrever.

Como afirma Maria Regina Celestino de Almeida, estudos mais recentes sobre questões étnicas e culturais valorizaram as dimensões políticas e históricas construídas pelos mais diversos grupos indígenas no processo de contato com a sociedade circundante portuguesa. Destarte, a autora, baseando-se nos estudos weberianos, destaca que os indígenas submetidos ao sistema de aldeamentos coloniais criaram um tipo de comunhão étnica que se traduziu na ação política em comum e o sentimento subjetivo de comunidade. Almeida destaca ainda que a documentação sobre a resistência indígena revela as práticas políticas que mobilizavam grupos étnicos contra a violência do conquistador. “Essa ação política e coletiva dava-lhes o sentido de união em torno de um objetivo comum, contribuindo, de forma essencial, para desenvolver neles o sentimento de identificação de grupo e de pertencimento a uma aldeia e ao próprio Império Português” (ALMEIDA, 2003).

Diante do exposto, pretende-se abordar, aqui, uma questão crucial relativa à história indígena as margens do Velho Chico que é a sutileza das variadas formas de ações políticas e/ou resistências criadas pelos indígenas diante da sociedade circundante portuguesa.

O Rio São Francisco e sua Historicidade do Ponto de Vista Indígena e ambiental

O rio de São Francisco teve papel fundamental no projeto colonizador português, como uma rota fluvial rumo aos sertões, em torno dele foram abertas rotas que ligavam regiões centrais de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Piauí. Logo os colonizadores despertaram para o seu potencial econômico, voltando-se para culturas extensivas ao longo de sua bacia, destacando-se a pecuária de vacum e cavalari, que se configura segundo Juciene Apolinário “[...] como economia que não requeria altos investimentos e o transporte tornava-se prático. Tangendo as boiadas pelos os sertões se chegavam aos mais recônditos mercados”. (APOLINARIO. 2006) essa mobilidade que os criadores de

gado gozavam, refletiu no rápido avanço dos colonos sertões à dentro, que por sua vez deu início as principais correntes de povoamento do Brasil colônia.

O avanço dos colonizadores em direção aos sertões provocou complexos impactos no meio ambiente e na vida dos nativos pertencentes a distintos grupos étnicos que povoavam as beiras do velho Chico, estes grupos que por muito tempo foram tratados pela a historiografia como uma massa homogenia gradualmente submetida e domada pelos os colonizadores e posteriormente tratados como uma parte de um passado que ficou para trás, hoje a história Indígena apresenta pesquisas cada vez mais consistentes sobre como grupos indígenas de diferentes nações e etnias adotaram diferentes estratégias de sobrevivência diante dos implacáveis conquistadores (MOURA, 2002).

Os impactos ambientais, no entanto não são exclusivamente produto da presença dos colonizadores, algumas etnias conheciam a agricultura e se valia do uso da coivara para limpeza do solo, certamente afetavam o meio ambiente, porém em escala infinitamente menor que o modelo exploratório português, pois os grupos indígenas normalmente extraíam da terra somente o necessário para a subsistência, diferente da economia extensiva implantada pela a coroa portuguesa voltada para prover os mercados europeus (MARTINS, 2007). Negar que os índios têm sua parcela na alteração do meio ambiente, seria o mesmo que negar suas capacidades como produtores de cultura e conseqüentemente atribuir-lhes a condição serem “parte da natureza” como a paisagem, as plantas que tal qual um animal em extinção dependeria da “proteção tutelar” de nossa sociedade.

Desenvolveram-se intrincadas relações entre índios e não-índios às margens do velho Chico, sem duvida gerou inúmeros e violentos enfrentamentos, mas também abriu oportunidade para os índios empreenderem diferentes modos de resistência sem necessariamente recorrerem aos enfrentamentos diretos.

A economia colonial adquiriu aspectos bem particulares no decorrer desse processo que se desdobrou do século XVI e intensificando-se no século XVII com o fim da guerra entre portugueses e holandeses, a economia que se forma no sertão é essencialmente extensiva, afirma Celso Furtado” [...] a condição da sua existência e expansão eram a disponibilidade de terras. Daí a rapidez com que os rebanhos penetravam no interior, cruzando o São Francisco e alcançando Tocantins...”.

(FURTADO, Celso. 1991) Certamente este modelo econômico acentuava sobremaneira os impactos ambientais resultados desse processo secular.

As fontes históricas tradicionais provenientes do período colonial são em sua maioria proveniente dos próprios colonizadores, são relatos, crônicas e tratados de época e remetem naturalmente a uma visão eurocêntrica, porém fornecem detalhes extremamente importantes para a apreensão do cotidiano colonial. Para além destas fontes tradicionais há também a possibilidade do historiador interpretar elementos naturais tal qual a paisagem, o solo o clima e as próprias, fauna e flora que possuem indiscutivelmente suas parcelas de influência sobre os deslocamentos e construções sociais e culturais dos homens, gerando inclusive intrincadas noções de organicidade presentes na sociedade colonial, os conquistadores viam-se a si mesmos imbricados em um emaranhado de relações com os nativos, em diversos níveis, como militar, comercial, político e mesmo libidinoso, e com um vasto e diversificado bioma ao longo da bacia do velho Chico e para além desde, provocando continuidades e discontinuidades nas maneiras que os homens lidam com aquele bioma.

Discutindo a metodologia

Enquanto pesquisa histórico-documental, dedicamos maior tempo aos documentos manuscritos, devido a grande quantidade de informações neles contidos para que se proceda ao levantamento, catalogação e transcrição das fontes coloniais.

Os documentos selecionados, até o momento, pertence ao acervo digitalizado do Projeto Resgate Barão do Rio Branco que na sua organicidade segue o programa SISDOC em que facilita a seleção das imagens documentais sobre o Rio São Francisco para depois de se criar um banco de dados com resumos/verbetes de toda a documentação das capitânicas do norte, até Minas Gerais.

Para trabalhar com as fontes documentais elabora-se fichas-resumo, com os seguintes campos de informações: fundo arquivístico, tipo documental, data, autor,

destinatário, assuntos relativos as questões indígenas e ambientais estes tornam-se verbetes. Estas fichas servem para alimentar um banco de dados, possibilitando o manuseio de um grande número de informações documentais que facilitará o processo de transcrição paleográfica e, por fim, a catalogação documental de acordo com as normas da pesquisa histórico –arquivística.

Depois de analisar a documentação selecionada, tendo em vista os objetivos do projeto de pesquisa aqui proposto, interligada ao corpus teórico, partir-se-á para a escrita do relatório final, que torna-se-a um artigo científico sobre a importância das fontes manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino para a História Ambiental e etnohistória do rio São Francisco.

As viagens sobre o Velho Chico proporcionadas pela pesquisa até o momento

Como procedimento inicial realizou-se a complementação do levantamento bibliográfico em que se buscou aprofundar o conhecimento, principalmente, no que diz respeito história ambiental e história indígena. Posteriormente, as informações extraídas da bibliografia selecionadas e fichadas foram registradas em um banco de dados e este último foi, sistematicamente, alimentado no decorrer da pesquisa que se desenvolve até o momento.

Posteriormente foi realizado um levantamento de todos os documentos sobre o rio São Francisco organizados nas coleções de CDs de antigas capitanias brasileiras, a saber: Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais. Depois de levantada a documentação nos catálogos publicados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e do acervo digitalizado e conservado em suporte CD, como resultado parcial foi elaborado um banco de dados com os resumos de todos os documentos arrolados para a pesquisa proporcionando a catalogação parcial dos documentos.

No processo inicial de catalogação, que continua em curso, foi elaborada fichas-resumo, com os seguintes campos de informações: fundo arquivístico, tipo documental, data, autor, destinatário, assuntos relativos as questões indígenas e ambientais. Estas

fichas possibilitam o acesso a um grande número de informações documentais formando o catálogo e facilitando o processo de transcrição paleográfica que se fará na etapa final desta pesquisa que resultará em um texto científico sobre a importância das fontes manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino para a História Ambiental e etnohistória do Rio São Francisco.

Até o momento foram elaboradas 97 páginas de resumos/verbetes dos documentos selecionados para a pesquisa. Abaixo destaca-se alguns dos verbetes que compõe o banco de dados para exemplificação.

Considerações finais

No processo de desenvolvimento do presente projeto, até o momento, arrolou-se as fontes documentais que tratam da ocupação processual e sistemática do ambiente natural rico e complexo, nos aspectos da biodiversidade e das riquezas étnicas do Rio São Francisco. Rio este que tem suas histórias contadas na perspectiva êmica, através de significativas lendas registradas pela literatura regional e, principalmente, na memória dos ribeirinhos ao longo das margens do Velho Chico. No entanto, há uma falta, singular, no que toca a produção historiográfica acerca do tema proposto, devido à falta de documentação arrolada e catalogada dificultado às pesquisas históricas

A colonização portuguesa no Brasil ao longo do rio São Francisco, chamado Operá pelos indígenas, provocou mudanças significativas na biodiversidade, através do processo de implantação de sistemas econômicos com características externalistas e endógenas amparados nos interesses mercantilistas. Consequentemente, ocorreram lutas e resistências entre povos indígenas e portugueses. A conquista e a manutenção da posse da terra e de suas riquezas naturais por parte dos colonos e da Coroa portuguesa

resultaram em diferentes práticas e relações culturais na região sertaneja do rio São Francisco.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas:** identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão** – Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.

DUARTE, Regina Orta. **História e Natureza.** São Paulo. Autêntica, 2005.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente.** São Paulo: Annablume, 2007.

MOURA, Abdias. **O Sumidouro do São Francisco:** origem dos conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. História e Meio Ambiente. In: HISSA, Eduardo Viana (Org.). Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.